

Governo de Minas anuncia nomeação de quase 600 profissionais para fortalecer a segurança no Estado

Qui 23 março

O [Governo de Minas](#), por meio da [Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão \(Seplag-MG\)](#), anunciou nesta quinta-feira (23/3) a nomeação de profissionais que irão ampliar o efetivo da [Polícia Civil de Minas Gerais \(PCMG\)](#) e reforçar a segurança pública no Estado. A medida foi autorizada pelo Comitê de Orçamento e Finanças prevê a nomeação de até 599 profissionais excedentes de concursos públicos da Polícia Civil serão nomeados para diversos cargos na instituição.

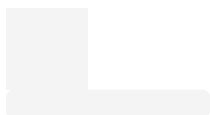
Destas nomeações, 581 já foram autorizadas para provimento imediato e distribuídas entre os cargos disponíveis, sendo 60 para técnico assistente da Polícia Civil, 35 para analista da Polícia Civil, 69 para delegado de polícia, 170 para investigador, 242 para escrivão, dois para médico legista e três para perito criminal. A PCMG já iniciou a preparação para receber os profissionais, conforme ordem de classificação prevista nos respectivos editais, publicados em outubro de 2021 (carreiras policiais) e abril de 2022 (administrativos).

"São profissionais de áreas técnicas, administrativas, delegados, investigadores, peritos criminais, escrivães e médicos legistas, que vêm reforçar a Polícia Civil de forma a garantir que Minas Gerais continue sendo o Estado mais seguro do Brasil", afirma a secretária de Planejamento e Gestão, Luísa Barreto.

A chefe interina da Polícia Civil, delegada-geral Irene Angélica Franco Leroy, também destaca a importância das nomeações. "Esses novos servidores fazem parte da recomposição da nossa força de trabalho e será um passo importante para o fortalecimento da PCMG".

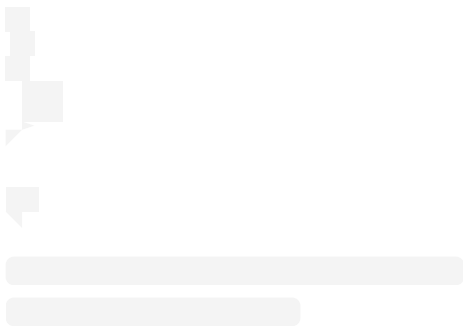
As nomeações foram autorizadas devido à vacância de cargos dessas carreiras da Polícia Civil ocorrida nos últimos anos, em virtude de aposentadorias, falecimentos e exonerações de servidores. O recurso para essas novas nomeações vem do [Tesouro Estadual](#) e será destinado ao pagamento dos novos servidores a título de despesa com pessoal.

A Lei de Responsabilidade Fiscal possibilita a reposição de força de trabalho em áreas essenciais, como a segurança, com a nomeação de excedentes em concursos desde que haja vacância de cargos.





[Ver essa foto no Instagram](#)



Uma publicação compartilhada por Governo de Minas Gerais (@governomg)